

## IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA. AS AÇÕES DO TIO SAM NOS ANDES BOLIVIANOS

IMPERIALISMO EN AMÉRICA LATINA. LAS ACCIONES DEL TÍO SAM EN LOS ANDES BOLIVIANOS

IMPERIALISM IN LATIN AMERICA. UNCLE SAM'S ACTIONS IN THE BOLIVIAN ANDES

DOI: 10.22481/rbba.v12i01.12588

Adilson Amorim de Sousa  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Bahia, Brasil  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5963-9015>  
Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8663165456113670>  
Endereço eletrônico: [adilson.sousa@uesb.edu.br](mailto:adilson.sousa@uesb.edu.br)

Elias Macieis de Jesus  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Bahia, Brasil  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6130-9908>  
Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9395637717729887>  
Endereço eletrônico: [eliasmj321@gmail.com](mailto:eliasmj321@gmail.com)

### RESUMO

A América Latina, sempre foi palco de interesses das grandes potências, com destaque para a presença dos EUA, que utilizou de todos os mecanismos para garantir o controle sobre a região. A Bolívia, em função das suas riquezas naturais, constituiu-se em um território de amplas disputas, tendo se tornado uma área de controle do imperialismo estadunidense. No período recente, a ascensão dos movimentos populares e a vitória política do Movimento ao Socialismo (MAS), com Evo Morales, trouxe uma nova configuração política e econômica ao país,

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY-NC-SA 4.0

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 12	Num.1	Jun/2023	p. 270-292
----------------	--	---------	-------	----------	------------

situação que tem contrariado, diretamente, os interesses do grande império do Norte e provocado momentos de tensões, e uma forte mobilização dos EUA, com o fim de retomar o controle do país. Portanto, é alvo central desse artigo, analisar o governo de Evo Morales e a reação dos Estados Unidos na busca pela desestabilização desse governo, visando o retorno da sua hegemonia na região.

**Palavras-chave:** Imperialismo. EUA. Bolívia

### RESUMEN

Latina siempre ha sido escenario de los intereses de las grandes potencias, con énfasis en la presencia de EE.UU., que utilizó todos los mecanismos para garantizar el control de la región. Bolivia, por su riqueza natural, se convirtió en un territorio de amplias disputas, habiéndose convertido en zona de control del imperialismo estadounidense. En el período reciente, el auge de los movimientos populares y la victoria política del Movimiento al Socialismo (MAS), con Evo Morales, trajeron una nueva configuración política y económica al país, situación que ha contradicho directamente los intereses del gran imperio del Norte y provocó momentos de tensión, y una fuerte movilización de EE.UU., con el objetivo de retomar el control del país. Por ello, es objetivo central de este artículo analizar el gobierno de Evo Morales y la reacción de Estados Unidos en la búsqueda de la desestabilización de este gobierno, apuntando al retorno de su hegemonía en la región.

**Palabras clave:** Imperialismo. EEUU. Bolivia

### ABSTRACT

Latin America has always been the stage for the interests of the great powers, with emphasis on the presence of the USA, which used all the mechanisms to guarantee control over the region. Bolivia, due to its natural wealth, became a territory of wide disputes, having become an area of control of US imperialism. In the recent period, the rise of popular movements and the political victory of the Movement to Socialism (MAS), with Evo Morales, brought a new political and economic configuration to the country, a situation that has directly contradicted the interests of the great empire of the North and provoked moments of tension, and a strong mobilization of the USA, with the aim of resuming control of the country. Therefore, it is the central target of this article to analyze the government of Evo Morales and the reaction of the United States in the

search for the destabilization of this government, aiming at the return of its hegemony in the region.

**Keywords:** Imperialism. USA. Bolivia.

## INTRODUÇÃO

A América Latina se constitui, historicamente, em um território de grande importância para a economia mundial, consolidando-se em um espaço fundamental para o capitalismo em suas diversas fases. A região se tornou uma das áreas centrais no acúmulo primário de riquezas pelos estados europeus, vindo a ser, nos momentos de crise do sistema capitalista, essencial na superação dessas crises.

Por muitos anos, a região se constituiu como área de domínio das principais potências europeias. No período colonial, foi território de domínio ibérico para, logo após o processo de independência, ser submetida ao controle inglês. Com a consolidação do capitalismo nos EUA, após a conquista da sua autonomia política, algumas regiões da América Latina passaram, paulatinamente, a serem controladas por esse país, tornando-se uma das áreas de maior importância para ele.

Diversas foram as fases e os mecanismos utilizados pelos Estados Unidos para garantir sua hegemonia no continente, seja pelas imposições políticas/militares, pelas pressões e chantagens econômicas, ou pelo uso de mecanismos mais sutis, como os ideológicos/culturais. Dessa forma, ao longo do século XX, os EUA saíram de uma posição secundária, para se tornar a potência hegemônica em todo o continente.

Ao longo desse processo, a política externa dos EUA para América Latina apresentou variações no discurso em função do contexto internacional e/ou da situação interna, ora utilizando de uma retórica mais intervencionista, como demonstra o Big Stick do período de Teodoro Roosevelt, ora com uma postura menos explicitamente agressiva, como a Diplomacia do Dólar. Mas, a despeito do discurso ou da estratégia, os governos estadunidenses sempre adotaram a prerrogativa do grande “protetor” do continente, como predestinados pela Providência Divina a conduzir o continente rumo ao desenvolvimento e ao progresso, como bem detalhado no Destino Manifesto. O país também se postulou como o grande defensor continental contra os inimigos externos. Assim, desde o lançamento da Doutrina Monroe em 1823, se arroga como a grande barreira às intromissões externas, sejam patrocinadas pelas

potências coloniais europeias, sejam conduzidas pelos soviéticos no pós-segunda guerra mundial, sejam pelos chineses na atualidade.

Com o objetivo central de compreender como se processa a política externa dos EUA em relação à América Latina é que trazemos, nesse artigo, algumas reflexões sobre a história recente da Bolívia, especialmente a conjuntura sob a qual se desenvolveu a destituição do governo de Evo Morales, em 2019. Buscaremos, através deste estudo de caso, compreender o papel do imperialismo estadunidense no continente, seus reais interesses, bem como os mecanismos utilizados na busca por manter sua hegemonia.

### **IMPERIALISMO ONTEM E HOJE. A CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA**

Quando se fala em imperialismo, normalmente nos recordamos das expansões ocorridas no final do século XIX e início do século XX, quando inúmeras guerras foram travadas com o intuito de ampliar a supremacia de países como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, entre outros, tendo como maiores expoentes dessas ações as duas grandes guerras do século passado. Outro momento no qual o termo foi largamente usado para definir o contexto mundial, foi o período pós-guerra, quando a bipolarização entre EUA e URSS implicou, por parte dessas potências, na adoção de políticas severas de controle extremo sobre suas áreas de interesse e/ou influência.

Dentre as principais potências imperialistas destaca-se os Estados Unidos da América. Esse país soube, como nenhum outro, consolidar seu poder sobre vastas regiões, tanto no continente americano quanto em outras partes do mundo, configurando-se, no período contemporâneo, como o Estado hegemônico entre os países capitalistas. A consolidação dessa posição deveu-se a vários fatores, seja pelas condições internas – caracterizadas pelo grande potencial humano e natural do seu território –, seja pelo contexto internacional, especialmente pelos impactos dos conflitos bélicos envolvendo grande parte dos países europeus. O fato é que entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, os Estados Unidos firmaram-se como principal potência mundial.

O século XIX foi marcado como um período de intenso desenvolvimento econômico dos EUA que, embora ainda mantivesse uma postura tímida na sua política internacional, já deixava claro seu desejo de domínio sobre a região. Era cada vez mais forte a intenção de se

fazer cumprir os preceitos da doutrina Monroe, expressa pela primeira vez em 1823, baseado no slogan "*América para os americanos*". Naquela ocasião, os Estados Unidos buscavam impedir a retomada, pelos países europeus, de suas colônias americanas que se encontravam em processo de emancipação política em relação às antigas metrópoles. Os EUA expunham com a Doutrina Monroe, a intenção de evitar a influência europeia em assuntos internos do continente e, assim, garantir sua liderança e controle sobre todo o continente. Os princípios anunciados na Doutrina Monroe acabaram por se consolidar como um norte para a política externa dos Estados Unidos até a atualidade, que a todo custo busca resguardar seu predomínio na região, tentando impedir qualquer outra potência de tomar seu controle.

A partir de 1945, no período batizado como Guerra Fria, a maioria dos impérios que se formaram na fase do capital monopolista se desintegram, dando lugar à disputa ferrenha entre as duas principais potências mundiais: a saber, EUA e URSS. Desde então, a base da disputa não estava mais entre os grandes países capitalistas, mas entre os representantes de dois modelos políticos e econômicos bem distintos, o capitalismo e o socialismo.

Embora utilizando um discurso de combate ao suposto autoritarismo russo, se apresentando como defensor da democracia e da liberdade, a prática estadunidense contrapunha o discurso mediante o financiamento e apoio explícito a inúmeros golpes de Estado e a ditadores aliados em vários países. A partir da década de 1960, a América Latina viu a restauração de uma política agressiva e interventora por parte dos EUA, sendo palco de uma forte onda de militarização dos seus Estados, cujo objetivo era asfixiar os movimentos populares de esquerda e pró-soviéticos na região. O fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética estabeleceram modificações significativas no cenário mundial. Os EUA se tornaram uma potência sem rivais, tanto no âmbito bélico quanto no econômico, sentindo-se no direito de continuar com seu projeto de intervenções ao redor do mundo.

Nas primeiras décadas do novo século, observam-se alterações significativas no cenário internacional, com uma nova correlação de forças sendo desenhada. A ascensão da China – do ponto de vista econômico – e o desenvolvimento de uma estratégia expansionista desse país sobre América Latina, ressuscitou, no grande império do Norte, preocupações consistentes sobre o controle da região. Nesse contexto, fica claro que as políticas imperialistas seguem sendo aplicadas em todo o mundo, configurando em ações de ataque à soberania, à independência e à liberdade de inúmeros países e nações, implicando em consequências extremamente negativas ao desenvolvimento desses Estados.

## O INTERESSE DOS EUA SOBRE A BOLÍVIA

A formação do Estado Boliviano ocorreu na esteira dos demais processos de independência da América Espanhola, fruto da crise do império espanhol e impulsionadas pelas mudanças estruturais que vinham ocorrendo no sistema econômico e político europeu. A Bolívia, até então integrante do vice-reino do Peru, tornou-se independente em 06 de agosto de 1825, sob a liderança de Simón Bolívar<sup>i</sup>, um dos ícones do processo de independência da América. Desde o período colonial, a região onde se formou o Estado boliviano é cobiçada por suas riquezas, com destaque para a exploração da prata e do estanho, principais produtos do país até final do século XX. Além disso, a Bolívia possuía importantes jazidas de zinco, cobre, chumbo, volfrâmio e ouro, produtos de grande importância mundial e que, por isso, gerou intensas disputas por parte das grandes empresas internacionais.

O país se sobressai também pelas importantes reservas de hidrocarbonetos, com destaque para a produção de gás, artigo que ocupa um peso significativo na economia nacional. Recentemente, foram descobertas no território boliviano, importantes jazidas de lítio<sup>ii</sup>, estimada em 100 milhões de toneladas, o que torna o país dono de uma das maiores reservas desse produto no mundo. Importante para a indústria de tecnologia, tem despertado o interesse do grande capital, notadamente o estadunidense.

Além desses, a economia boliviana tem ainda outro produto de grande relevância, seja pelo seu valor econômico, seja pelo valor cultural. Trata-se do cultivo da coca<sup>iii</sup>, vegetal que, para além do uso medicinal e religioso por parte das comunidades originárias dos Andes, com o surgimento e a disseminação da cocaína, passou a ter um peso significativo no mercado internacional de drogas. A partir de 1970 o aumento avassalador do consumo de cocaína levou a produção da coca a se tornar uma atividade bem lucrativa, utilizada ilegalmente para abastecer os mercados norte americano e europeu, criando problemas na política externa da Bolívia, sobretudo nas relações com os EUA (ROCHA, 2007, p. 13-14).

Os atrativos econômicos da Bolívia sempre despertaram os interesses das grandes potências mundiais, particularmente dos EUA que, ao longo do século XX, buscou assegurar o controle sobre as riquezas minerais desse país. A estratégia global dos EUA sempre foi determinada pelas necessidades do seu processo produtivo, assegurando para seu grande capital o controle sobre produtos e áreas estratégicas.

Ao longo do seu processo formativo, o Estado boliviano vivenciou uma intensa disputa interna, levado a frente pelas diversas frações da classe dominante local e pelo controle do poder político. Tais conflitos resultaram em inúmeros golpes de Estado e uma vulnerabilidade institucional crônica, acarretando uma persistente instabilidade política. Esses fatores, aliados ao forte predomínio do capital estrangeiro no controle e exploração das principais atividades econômicas, acabaram por agravar a situação econômica e social do país. O final do século XX, possibilitou mudanças significativas no cenário político boliviano que, após um longo período sob regimes militares, vivenciou novos ares políticos.

### **POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA BOLÍVIA**

As últimas décadas do século XX marcaram um período de crise do capitalismo, caracterizado por uma forte recessão econômica do sistema como um todo, somado aos altos índices de endividamentos dos países periféricos. Nesse contexto, se consolida por imposição das grandes potências, por meio dos organismos internacionais dominantes (FMI, Banco Mundial e OMC), uma série de mudanças baseadas nos ideais neoliberais. Sob o argumento de que a crise econômica atual resultava da excessiva interferência do Estado na economia, as políticas neoliberais propunham, entre outras medidas, a redução drástica da presença estatal na economia.

Os princípios gerais dessa política para a América Latina foram estabelecidos a partir do encontro realizado em novembro de 1989, na cidade de Washington, batizado de Consenso de Washington. Com a participação de representantes de organismos econômicos internacionais, intelectuais e representantes de instituições bancárias, esse evento tinha como ideia inicial, fazer uma avaliação da situação econômica da América Latina. Ao final, foi formulada uma série de sugestões a serem adotadas pelos países latino-americanos, com objetivo de solucionar alguns dos graves problemas econômicos da região, sobretudo, relacionados às dificuldades no pagamento das dívidas. Seguindo de perto as recomendações do Consenso de Washington, a grande maioria dos governos latino-americanos, sob a pressão e chantagem dos organismos financeiros internacionais, fortemente influenciados pelos EUA, iniciou uma série de medidas que, conforme Mascarenhas (2017, p. 55), baseava-se no equilíbrio fiscal, na privatização de empresas públicas e redução de gastos sociais.

Na Bolívia, esse período foi bastante ambíguo, ficando marcado por uma redemocratização, com aumento de liberdades civis e políticas, mas também, por políticas que culminaram na piora das condições de vida da população mais pobre. O governo encarregado de implantar essas políticas foi chefiado por Victor Paz Estenssoro, que assumiu o governo em agosto de 1985. Sob a justificativa de salvar a Bolívia do caos econômico, colocando nos trilhos da modernização, Estenssoro foi o principal defensor da redução do papel do Estado na economia, propiciando, ainda mais, uma forte abertura do país aos investimentos estrangeiros.

As políticas neoliberais, contrariamente ao que os seus defensores diziam, não trouxeram o desenvolvimento e crescimento econômico propalado, pelo contrário, o que se observa, pelos vários dados apresentados pelos órgãos especializados, é um agravamento da situação de pobreza e miséria na região. Na Bolívia a situação não foi diferente, as primeiras décadas do século XXI demonstram um quadro extremamente preocupante no país, com o aumento da indigência, da fome, do desemprego e do endividamento econômico do país.

Tal situação provocou uma forte reação dos setores populares, com destaque para o protagonismo dos camponeses e indígenas. Foi um período de fortalecimento de novas lideranças políticas e de novos sujeitos históricos organizados, tendo em comum um contundente discurso antineoliberal. Na perspectiva continental, muitas lideranças populares acabaram sendo eleitas democraticamente, passando a dirigir importantes países da região, a exemplos de Lula no Brasil, Hugo Chaves na Venezuela, Rafael Correa no Equador e Evo Morales na Bolívia, entre outros. Esses novos governantes, chegaram ao poder com inúmeros desafios e uma missão: recuperar uma terra arrasada economicamente.

## ASCENÇÃO DE EVO E SEUS GOVERNOS

Juan Evo Morales Ayama, nasceu em Isallavi, uma vila do departamento de Oruro na Bolívia, no dia 26 de outubro de 1959, pertencente à etnia uru-aimará<sup>iv</sup>. Evo teve seus primeiros anos de vida divididos entre o estudo e o trabalho para ajudar com os custos familiares. O início de sua carreira política está diretamente associado à luta dos grupos indígenas do país, com destaque para os agricultores, que têm no cultivo da folha de coca o seu principal sustento. Foi quando morava na região rural de Puerto San Francisco, pequeno povoado do departamento de Cochabamba com cerca de 300 habitantes, que Evo Morales deu os seus primeiros passos na militância política.<sup>v</sup>

O aumento da produção de cocaína acabou por incentivar a produção da folha da coca, item básico na produção da pasta. O desenvolvimento de uma política de repressão ao tráfico de drogas acabou por desenvolver uma política de perseguição indiscriminada à produção da folha, agravando ainda mais a situação econômica e social de parcelas significativas da população rural do país. Assim, na esteira de defender as comunidades tradicionais, surgem em várias regiões da Bolívia, organizações políticas e sindicais. Dentro desse processo, Evo Morales, que já se destacava pela constante preocupação com a realidade social e política do seu povo, resolveu adentrar diretamente na militância sindical. Em 1981, Morales foi nomeado secretário de Esportes do sindicato agrário da sua província, tendo ocupado, posteriormente, a direção da entidade. Em 1992, se tornou presidente da Coordenadoria das seis Federações do Trópico, que aglutina cerca de setecentas comunidades em toda a zona do Chapare<sup>vi</sup>.

Nesse período aumentaram as pressões dos EUA sobre a Bolívia, tendo como foco aparente exigir do país uma política combativa ao plantio da coca. A luta de Evo e do movimento cocaleiro em defesa dessa atividade se intensificou, especialmente, a partir da presidência de Gonzalo Sanchez de Lozada, que assumiu o palácio presidencial em 1993. Com o apoio dos EUA, Sanchez de Lozada implementou um programa de destruição indiscriminada das plantações de coca em diversas regiões, causando grande revolta entre os produtores, o que desencadeou uma violenta repressão militar.

Nesse momento, uma parcela significativa do movimento indígena passou a defender que a luta deveria caminhar tanto pela via do movimento sindical, quanto pela via política eleitoral. Nesse contexto é que ocorrem as eleições municipais de 1995, caracterizadas pela participação do movimento indígena, concorrendo a diversos cargos eletivos. Nesse pleito, o movimento consolidou uma vitória significativa, tendo os seus membros eleitos para administrar dez prefeituras, passando a governar uma parcela do Estado, reforçando a importante e contundente participação indígena, no cenário político do país (ARCHONDO, 2005, p. 111). Desse processo, nasce o Movimento ao Socialismo (MAS), partido do qual Evo foi um dos fundadores e principal representante indígena.

No âmbito nacional, a Bolívia continuava sendo governada por presidentes submissos aos interesses dos Estados Unidos. Em 1997, assume a presidência Hugo Banzer, governo que segue a linha dos anteriores, com a manutenção da política neoliberal, bem como perseguição aos cocaleiros. Esse período é um dos mais críticos da luta campesina/indígena, com uma forte repressão policial, causando prisões e mortes entre os camponeses. É também, o momento de

maior mobilização e organização do movimento indígena. Nesse contexto, Evo aumentou consideravelmente sua popularidade, especialmente por assumir a liderança de inúmeras manifestações de protesto contra os projetos do governo de perseguição aos cocaleiros e ao projeto neoliberal.

A essa altura, o MAS já se configurava como uma das principais forças políticas do país, levando o partido a encabeçar, no campo da esquerda, a disputa presidencial de 2002. Evo foi escolhido como candidato à presidência, tendo diversos outros concorrentes, entre eles, o ex-presidente Sanches Lozada, principal nome dos setores conservadores do país. O pleito acabou por dar a vitória ao candidato da direita, com Evo Morales em segundo lugar. O resultado foi impressionante, visto que o país era historicamente dominado por partidos tradicionais e nunca um representante dos setores populares, havia chegado tão perto da vitória.

Sanchez de Lozada, enfrentou inúmeras crises políticas e protestos logo no início do seu mandato. Ao assumir o cargo, a Bolívia enfrentava uma situação econômica e social grave, reflexo da implantação das políticas neoliberais no país. Com o protagonismo cada vez maior das comunidades indígenas, as reivindicações contemplavam, além do fim da criminalização do cultivo da coca, a imediata nacionalização dos recursos de hidrocarbonetos do país, entre outras. A crise chegou ao ápice em outubro de 2003, quando milhares de indígenas tomaram as ruas das principais cidades do país. A reação do governo foi uma repressão violenta, causando a morte de cerca de 85 pessoas. O agravamento da situação levou a renúncia do presidente naquele mesmo mês e à assunção do então vice-presidente Carlos Mesa, fato que não acalmou os ânimos dos manifestantes, culminando também em nova renúncia e na convocação de novas eleições para dezembro de 2005.

As eleições gerais na Bolívia ocorreram em 18 de dezembro. Além de um novo presidente, o litígio elegeu também um novo congresso. Nesse pleito, aproximadamente 3.700.000 bolivianos estavam aptos a votar. Os principais candidatos à presidência foram: Evo Morales (MAS), Jorge Fernando "Tuto" (Podemos) do centro-direita e Samuel J. Doria M. Auza (Un) da direita. Com a participação de 3.091.707 eleitores, Evo Morales alcançou 53% desse total, superando todas as previsões, sagrando-se vitorioso em primeiro turno. Além da presidência, o MAS obteve ainda a maioria absoluta na composição do parlamento, algo de extrema relevância para o futuro governo.

## GOVERNO EVO: NOVOS RUMOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS NA BOLÍVIA

Evo Morales assumiu a presidência com vários desafios, seja no campo da economia, seja no político. Do ponto de vista econômico, o novo governo indicou como prioridade, reorganizar a economia, tendo como base a nacionalização de diversos produtos e setores, garantindo maiores recursos e investimentos para os grupos mais carentes. No campo político, Evo enfrentaria uma forte oposição dos setores conservadores internos e externos, com destaque para a interferência dos EUA que, a todo custo, buscaria garantir o seu controle sobre o país.

Com base no seu Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>vii</sup>, Evo estabelece uma agenda política desenvolvimentista e nacionalista, rejeitando o modelo anterior, baseado na desregulamentação do mercado, privatização de estatais e privilégio para os investimentos estrangeiros. O novo governo, estabeleceu como prioridades a retomada do protagonismo estatal na economia, reverter privatizações e controle por parte do governo sobre recursos naturais estratégicos (DELGADO e FILHO, 2010, p. 289), com destaque para a reversão da privatização das estatais, em especial no setor de hidrocarbonetos, área mais importante da economia do país, que estava sob o controle das empresas estrangeiras. A reversão de privatizações feitas por Evo Morales colocou a Bolívia em constante tensão internacional (DELGADO e FILHO, 2010, p. 290), além de atizar o ódio dos setores oposicionistas internos, ligados ao grande capital internacional.

Outra medida tomada pelo governo Evo veio no sentido de promover maior industrialização local, possibilitando mais ampla agregação de valor a produtos exportados. Buscou-se ainda, fortalecer os laços comerciais com os países vizinhos, bem como, uma aproximação comercial com a China, atingindo, mesmo que parcialmente, o predomínio do capital estadunidense no país. Tais ações acabaram por impulsionar o agravamento da relação com os EUA. Assim, os primeiros anos do Governo Evo conduziram o país na adoção de:

[...] uma série de medidas que propõem o retorno do Estado como ator fundamental de um projeto voltado para a defesa da soberania nacional, que sob a ótica anti-imperialista – defendida e personificada na figura do presidente venezuelano – encontra-se ameaçada, sobretudo, pela exploração dos recursos naturais, contribuindo para acentuar uma tendência ao nacionalismo energético na região (DELGADO e FILHO, 2010, p. 291).

As relações entre Bolívia e Estados Unidos tinham como base dois segmentos centrais: primeiro as relações econômicas, constituindo os EUA como o principal parceiro comercial, com destaque para exploração mineral e de hidrocarbonetos, controlada por empresas de origem estadunidense. Ao longo dos últimos anos, sobretudo no final da década de 1990, cresceu a presença dos EUA na exploração de recursos naturais da Bolívia, com destaque para a exploração e beneficiamento dos hidrocarbonetos, bem como, da água potável. A privatização desse recurso, em especial, que passaria a ser explorada pela empresa estadunidense Bechtel, gerou inúmeros protestos por parte dos movimentos populares.

O outro foco da relação entre os dois países estava no programa conjunto de combate ao tráfico internacional de cocaína, aspecto esse que dominou mais explicitamente os debates e acordos entre os dois países, desde a década de 1980.

Ao longo das últimas décadas o governo dos EUA estabeleceu uma série de acordos e projetos, sob o argumento de serem fundamentais no combate ao tráfico internacional de cocaína, tendo como pilar central uma intensa campanha de discriminação e perseguição da produção da folha de coca, até então, principal matéria prima para a pasta base de cocaína. Esse processo implicou em uma série de acordos comerciais, econômicos e militares entre ambos os países, com destaque para a Lei Andina de Promoção Comercial e Erradicação de Drogas, promulgada em 31 de outubro de 2002. Essa lei assegurava recursos financeiros dos EUA para o governo boliviano no combate ao tráfico de drogas, além de permitir, sob o argumento de garantir eficiência nas ações, a presença de agentes da inteligência dos EUA em território boliviano, sob o suposto objetivo de coordenar as ações antitráfico. Em contrapartida, assegurava acesso preferencial dos produtos bolivianos ao mercado dos Estados Unidos.

Setores oponentes a esses acordos, com destaque para os camponeses, suas organizações e lideranças, denunciam a real intenção desse convênio. Para essas organizações, os interesses velados nesse projeto de guerra às drogas, era assegurar aos EUA a hegemonia na região e o controle sobre as riquezas estratégicas do país. Para as comunidades tradicionais, a coca não poderia ser resumida ao princípio ativo básico de produção de cocaína. Tratava-se de um elemento milenar da cultura indígena dessa região, usada como produto medicinal e alimentar, como afirma Evo Morales em discurso na ONU, em 2006:

Esta hoja de coca que representa la cultura andina es una hoja de coca que representa al medio ambiente y la esperanza de los pueblos. No es posible que

la hoja de coca sea legal para la Coca Cola y sea ilegal para otros consumos medicinales en nuestro país y en el mundo entero (MORALES, 2006).

Evo Morales, já como presidente, deixou claro não ser contra o combate ao tráfico, lamentando que a folha de coca fosse desviada para fins ilegais, igualmente evidencia que seu governo apoia o controle do cultivo da planta, mas não a suspensão total, muito menos sua criminalização. Morales, embora mantenha os acordos firmados com os EUA, não se esquivou de fazer duras críticas a esse país, desafiando-o a uma aliança real e efetiva no combate ao narcotráfico e não usando o combate ao tráfico de drogas como pretexto para a dominação:

Ayer escuché un informe del gobierno de Estados Unidos. Dice que no aceptan los cultivos de coca y que nos ponen condiciones de modificar nuestras normas. Quiero decir con mucho respeto al gobierno de Estados Unidos que no vamos a cambiar nada. No necesitamos chantajes ni amenazas. Las llamadas certificación y descertificación de la lucha contra el narcotráfico simplemente son un instrumento de recolonización o colonización de los países andinos. Eso no lo aceptamos y eso no lo permitimos (MORALES, 2006).

Assim, é claro para setores da esquerda, em particular do movimento camponês, que por trás do programa de combate ao tráfico, existiam outros interesses não tão nobres. Para esses setores, o objetivo central dos Estados Unidos, era garantir o controle político e econômico do país e, apesar das críticas do governo boliviano, as relações com os EUA seguiram um panorama de relativa colaboração até 2008, momento em que a situação mudou substancialmente, com veremos a seguir.

Os primeiros anos do governo de Evo Morales se caracterizaram por um intenso processo de recuperação pelo Estado do controle de áreas estratégicas, como já destacado. Tais medidas, foram baseadas em um intenso processo de nacionalização<sup>viii</sup> dos hidrocarbonetos, na retomada da exploração e venda do gás e no maior controle na exploração de produtos minerais estratégicos, como o lítio, iniciativas que, balizadas por uma conjuntura internacional favorável, trouxeram mudanças importantes para as receitas do país.

A Bolívia, sob o governo Morales, manteve um crescimento médio constante de aproximadamente 5% ao ano, fator favorecido pela alta das *commodities*<sup>ix</sup> e pela mudança na política econômica interna. Além do fortalecimento da presença do Estado na economia, Morales implementou uma série de programas sociais voltados para atender os setores mais vulneráveis. O resultado dessas políticas, como afirma Da Silva, reduziu:

[...] de forma bastante significativa às desigualdades sociais existentes e, inclusive, alfabetizou grande parte da população [...]. Economicamente, o PIB boliviano (a preços correntes) passou de US\$ 9,57 bi, em 2005, para US\$ 43,69 bi, em 2018. Ademais, o PIB per capita (a preços correntes), que em 2005 era de US\$ 1.050, em 2018 passou a ser de US\$ 3.820 (FMI, 2019). Ressalta-se ainda que o desenvolvimento industrial, nos mandatos de Evo Morales avançou significativamente, aumentando o poder político e econômico da nação (Da SILVA, 2021, p. 7).

Entre 2005 e 2015 o percentual da população abaixo da linha da pobreza caiu de 63% para 35%, o que, em grande medida, está relacionado a programas sociais como o *Bono Juancito Pinto*<sup>x</sup> para estudantes, o *Renta Dignidad*<sup>xi</sup> aos idosos e o *Bono Juana Azurduy*<sup>xii</sup> para gestantes e mães de crianças (BOFF e FRANCO, 2021, p. 531).

Em 2009, Evo conseguiu, na esteira das medidas propostas pelo seu plano, a convocação de uma assembleia constituinte, cujo objetivo era respaldar e aprofundar as medidas estruturantes que defendia. O referendo gerou protestos da oposição, como dos governadores de Beni, Tarija, Chuquisaca e Santa Cruz, que fizeram campanhas pedindo o voto de rejeição ao texto constitucional, alegando que o presidente Morales desejava instalar, por meio do texto constitucional, um regime totalitário na Bolívia. A nova Constituição foi promulgada em 25 de janeiro de 2009, contendo uma série de medidas voltadas para uma configuração de Estado fundada no respeito às autonomias de vários níveis, incluindo a autonomia dos povos originários. No fim do mesmo ano, Morales conseguiu um novo mandato, sendo eleito em 6 de dezembro, com cerca de 64% dos votos, contra 24% de seu opositor, Manfred Reyes Villa, representante da direita. A candidatura de Morales foi determinada, após aprovação do referendo constitucional que alterou as regras referentes às eleições presidenciais<sup>xiii</sup>.

Esse conjunto de medidas e ações afirmativas garantiu ao governo Morales amplo apoio político, particularmente dos setores populares, o que lhe rendeu a conquista de um novo mandato em 2014. Esse pleito, realizado em 12 de outubro, assegurou a reeleição do presidente, em primeiro turno para um terceiro mandato, com 61% dos votos válidos, contra 24% do segundo colocado, Samuel Doria Medina. O resultado foi reflexo do forte apoio popular, com destaque para as regiões mais pobres do país e com alto índice de população rural.

No entanto, enquanto a popularidade do presidente e seu governo crescia nos setores populares, aumentava também a oposição dos setores mais conservadores e abastados do país. Destaca-se, nesse espectro, aqueles vinculados ao agronegócio e aos grandes empresários,

frações da burguesia nacional, especialmente ligados ao comércio internacional e com forte conexão com os Estados Unidos. A oposição tinha forte poder de pressão, sobretudo, nos territórios de maiores reservas de hidrocarbonetos, como o caso da província de Santa Cruz, situada ao sul do país. Essa província se destacou quando, liderado pelo então governador Ruben Costas<sup>xiv</sup>, foi palco de um movimento separatista, ocorrido em 2009. Na ocasião, acusando o governo Morales de políticas populistas e do uso indevido dos recursos do país, Costas defendeu o controle pelo governo local, sobre terras e hidrocarbonetos da província e não pelo governo federal. Embora o governo Evo tenha conseguido contornar a situação, o clima de tensão foi mantido como a promoção de outros atos de protesto, liderados pelas forças políticas conservadoras do país.

Esse movimento marcou de vez a ruptura das relações amistosas entre Bolívia e EUA. A motivação para essa crise se deu quando foi descoberto que o embaixador dos EUA na Bolívia, sr. Philippe Goldberg, realizou reuniões às escondidas com os líderes separatistas em apoio ao movimento. Esse fato foi o estopim no agravamento da situação entre os dois países. O governo boliviano acusou o representante estadunidense de espionagem, além de liderar um processo separatista na Bolívia (LISBOA, 2016, p. 275). O episódio culminou na expulsão do embaixador da Bolívia, bem como, de todos os membros da Administração de Fiscalização de Drogas (DEA)<sup>xv</sup>, órgão ligado ao combate ao tráfico dos EUA, sob acusação de espionagem, gerando a ruptura nas relações entre os dois países.

Desde então, foram constantes as pressões dos EUA em relação ao governo Morales, como se observa com as investidas junto à ONU, onde os EUA passaram a defender uma condenação internacional aos países lenientes ao cultivo da coca. De forma direta e unilateral, os Estados Unidos excluíram a Bolívia do rol de “beneficiários” da Ley de Preferencias Arancelarias Andinasy Erradicación de Drogas, acordo que previa facilidades tarifárias para exportações de países andinos que se comprometam com a erradicação das drogas. Além disso, tem-se o aumento de campanhas difamatórias, instrumentalizadas por representantes dos EUA, dirigidas ao presidente Evo Morales, numa clara tentativa de desestabilizar seu governo.

## EVO MORALES E O GOLPE

A partir de 2016, sobretudo após a eleição de Donald Trump, as ofensivas estadunidenses para com a América Latina voltaram a ganhar força. A administração do novo

presidente esboçou uma retomada do intervencionismo exacerbado na região, com o objetivo de minar a presença de potências estrangeiras como Rússia e China, além de combater formas plurais de governo e desenvolvimento autônomo na região, como a Bolívia. O governo Trump, deixou claro que os Estados Unidos, continuariam a vigiar toda a América Latina, reavivando os ideais da doutrina Monroe, sobretudo, buscando frear os avanços chineses na região (CRUZ, 2021, p. 219-220):

[...] aqui no Hemisfério Ocidental, estamos comprometidos em manter nossa independência da invasão de potências estrangeiras expansionistas. Tem sido a política formal de nosso país, desde o presidente Monroe, que rejeitamos a interferência de nações estrangeiras neste hemisfério e em nossos próprios assuntos (TRUMP, 2018).

Inspirada no governo de Ronald Reagan (1981-1989), a administração Trump adotou as concepções de “comércio em vez de ajuda”, na política para a América Latina e Caribe. Sua gestão atacou veementemente os programas de assistência humanitária e desenvolvimento econômico para a América Latina. Outra marca do seu governo, foi o reforço no comércio armamentista, incrementando a venda de grande quantidade de equipamentos bélicos para os países aliados na região, reforçando o vocabulário monroísta e bélico com outros líderes políticos do continente. Corroborando com tais ameaças, os estadunidenses ao mesmo tempo que reforçam a necessidade de manter suas bases militares na região, aumentam o tom contra governos não aliados, como Brasil, Venezuela e Bolívia, que culminou no golpe contra a presidenta Dilma Rousseff no Brasil, o cerco ao governo Maduro na Venezuela e o golpe contra Evo, na Bolívia.

Assim, como em outras regiões, os interesses dos EUA na Bolívia sempre foram o de controlar recursos estratégicos desse país com destaque, no período recente, para as reservas de lítio. A firme política do governo Evo de nacionalização e/ou controle na exploração das suas riquezas minerais, em especial o lítio, desagradava o governo dos Estados Unidos e suas grandes empresas, a exemplo da Tesla, de propriedade de Elon Musk. O interesse por esse produto e a falta de escrúpulos para tê-lo, fica claro quando o empresário da Tesla insinuou, em uma rede social, a participação da companhia e do governo estadunidense em um golpe de Estado contra Evo Morales: “Vamos dar golpe em quem quisermos” (MUSK, 2020), o que de fato aconteceu ao impedir Evo de mais um mandato.

Gozando de boa popularidade, Evo manteve ótimos índices de aprovação nos seus primeiros mandatos. A situação começou a se complicar a partir de 2014. Fatores externos como o agravamento da economia mundial – que atingiu especialmente os países dependentes da venda de commodities –, aliando as pressões dos EUA, somaram-se com fatores internos, como o aumento das dificuldades econômicas e o crescimento da ofensiva dos setores conservadores do país. Ainda assim, Morales mantinha bons índices de popularidade, sendo considerado pelo seu grupo político, o principal nome para evitar uma maior ofensiva dos setores conservadores do país. Nesse contexto, com vistas a poder participar de mais uma eleição, Morales convoca um plebiscito que referendasse essa possibilidade, já que a constituição não era clara quanto a legalidade de um novo mandato, postura que aumentou os ataques da oposição quando o crescimento dentro dos setores aliados e de críticos a insistência de Evo em permanecer no poder.

Realizado em 21 de fevereiro de 2016, o referendo, por uma pequena margem, deu vitória ao “NÃO”<sup>xvi</sup>, impetrando uma derrota ao presidente. No entanto, esse resultado não demoveu a disposição do líder indígena de concorrer a mais um mandato. Morales recorreu à justiça eleitoral, com fins a garantir sua presença no pleito, obtendo desse órgão uma decisão favorável, podendo assim, se candidatar a mais um mandato nas eleições que ocorreriam em outubro de 2019.

As eleições foram disputadas por oito candidatos, com destaque para, além de Evo Morales, o ex-presidente e principal líder opositorista, Carlos Mesa. É importante ressaltar que nas regras eleitorais bolivianas, sagra-se vencedor da eleição, em primeiro turno, o candidato que obtiver mais de 50% dos votos válidos, ou que obtenha mais de 40% e uma diferença de 10% sobre o segundo colocado.

A campanha eleitoral foi uma das mais acaloradas, em relação aos dois pleitos anteriores, caracterizada pelo uso massivo das redes sociais, onde reinou a disseminação de mentiras, difamações e preconceitos, especialmente dirigidas ao candidato do MAS. Morales utilizava como meio para conseguir mais uma vitória os números favoráveis do seu governo, especialmente no que tange a economia e aos programas sociais, ações que conseguiram modificar positivamente os índices de desenvolvimento social do país. Do outro lado, a oposição centrava sua campanha acusando o mandatário de populismo e de tentar conduzir a um regime comunista, além de outros ataques baseados na mentira e no ódio.

É nesse clima que se chega ao dia do pleito, ocorrido no dia 20 de outubro, sem uma definição clara sobre o que se poderia esperar dos resultados. Com um sistema eleitoral não totalmente informatizado e com a existência de áreas rurais de difícil acesso, o país acompanhou os resultados sob incertezas. Os dados parciais, divulgados ainda no dia da votação, apontavam, com 83% das urnas apuradas, a vantagem de Evo com 45% dos votos, contra 38% do opositorista, Carlos Mesa, situação que não deixava clara a necessidade de um segundo turno ou não. Nessa atmosfera aumentou-se as pressões, as acusações de fraudes e a divulgação de falsas notícias por parte da oposição. No dia seguinte, após algumas horas de suspensão da contagem dos votos, o Tribunal Eleitoral divulgou nova parcial. Com 95% dos votos contabilizados, Evo Morales aparecia com 48% contra 35% do segundo colocado, indicando a vitória governista ainda no primeiro turno, situação não reconhecida pela oposição que acusou a existência de fraude no processo, instigando seus apoiadores a protestar contra os resultados. Do outro lado, Morales se declarou vencedor e convocou seus apoiadores para defenderem a democracia nas ruas e impedirem um possível golpe de Estado (BBC, 2019).

Diante da radicalização dos conflitos, Evo Morales decidiu aceitar uma auditoria da Organização dos Estados Americanos (OEA). O relatório parcial da OEA indicava pela improvável vitória de Morales, ainda no primeiro turno, além de levantar suspeitas da existência de cédulas de votação alteradas e com assinaturas falsificadas. O parecer da OEA, mesmo inconclusivo, potencializou os protestos da oposição, além de fragilizar o apoio de outros setores ao governo Morales, crescendo a pressão pela renúncia do presidente e seus auxiliares.

Dentro desse clima tenso, conturbado e violento, veio das Forças Armadas uma postura que seria definitiva para o desfecho da situação. Composto por uma cúpula, com relações diretas com os EUA, partiu do comandante do Exército, coronel Williams Kaliman e do comandante geral da polícia, Vladimir Yuri Calderón<sup>xvii</sup>, o ultimato para que Evo Morales renunciasse ao mandato, sob o risco do agravamento da situação. Com as pressões e o risco iminente de um golpe militar, Morales se afastou do cargo em 10 de novembro de 2019, se exilando no México. Além do presidente, com a continuidade das ameaças, o vice-presidente, os ministros e os presidentes das casas legislativas renunciaram, levando a uma vacância do poder.

Nesse contexto conturbado e impreciso, entrou em cena a senadora opositorista de extrema direita, Jeanine Áñez<sup>xviii</sup>, então segunda vice-presidente do Senado. Após uma manobra, mesmo sem o respaldo legal, a parlamentar, com o apoio de políticos de extrema direita, se autoproclama presidente da Bolívia em 12 de novembro, alegando sucessão

constitucional por vacância do poder. O novo governo foi marcado por autoritarismo, falta de legitimidade e pela gestão desastrosa do combate à pandemia do novo Coronavírus.

A essa altura, os questionamentos da imprensa internacional e as fortes críticas geradas pela forma como Evo Morales foi destituído do cargo, levaram a questionamentos quanto ao ocorrido no processo eleitoral de 2019. Tendo como alvo o relatório final da auditoria feita pela OEA, tido como um dos estopins para o agravamento da situação no país, especialistas e analistas políticos passaram a questionar as conclusões indicadas no relatório. Dentre as críticas feitas, destaque deve ser dado às elaboradas pelo Centro de Pesquisa em Economia e Política (CEPR)<sup>xix</sup>, negando ter havido fraude eleitoral nas eleições bolivianas. Para o instituto, com base em dados e estimativas das eleições anteriores, era perfeitamente possível a vitória de Evo Morales, já no primeiro turno. Tal assertiva se baseia no fato de que o atraso na contagem de votos ocorrera em áreas historicamente favoráveis ao candidato do MAS, sendo que, em função da logística, são sempre as últimas a serem contabilizadas, fato que justificaria o crescimento da distância de Evo e a sua vitória no período final do escrutínio.

Não há dúvidas que o posicionamento oficial da organização corroborou para que a oposição tivesse um motivo de “peso” para o golpe na Bolívia. Fica clara a interferência de uma organização internacional instrumentalizada para desestabilizar o país, facilitando a violação de direitos humanos dos cidadãos bolivianos e viabilizando prisões, com base em supostos relatórios e declarações. Em resumo, no período de três semanas Evo Morales foi vencedor das eleições, renunciou à presidência e denunciou ser vítima de um golpe. Houve uma combinação de milícias irregulares, atos terroristas, apoio da mídia e uma ação diplomática já conhecida por parte dos EUA que legitimaram e potencializaram o golpe contra Morales e seu partido (RAMINA, 2022, p. 254-257).

No curso do mandato tampão de Jeanine Áñez, após manobras que culminaram no adiamento por duas vezes de novas eleições, outro pleito foi realizado em 18 de outubro de 2020. Com Evo Morales exilado, o MAS escolheu como candidato presidencial Luis Arce, que foi ministro da Economia no governo anterior. Áñez viu suas chances eleitorais desmoronarem com os escândalos de corrupção no seu governo, cabendo ao ex-presidente, Carlos Mesa, representar a oposição ao candidato do MAS.

A eleição culminou na vitória do candidato do Movimento ao Socialismo, reafirmando o apoio dos setores populares à herança do governo de Evo Morales. Luis Arce venceu em primeiro turno com 55% dos votos, contra 28% de Carlos Mesa (CC). Arce tomou posse como

presidente da Bolívia no dia 8 de novembro de 2020, encerrando um período tumultuoso a para política do país e marcando o retorno da esquerda ao poder. Um dia após a posse, o ex-presidente Evo Morales retornou à Bolívia, em uma histórica caravana até Cochabamba, onde iniciou sua carreira política.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse trabalho fica claro que os interesses imperialistas, apesar das novas roupagens e ferramentas, ainda se fazem presentes na história do tempo presente, com ênfase nas relações entre EUA e América Latina. Esse continente tem sido palco, ao longo dos séculos, de grandes disputas imperialistas, da consolidação da hegemonia dos EUA, bem como, de fortes resistências do seu povo.

O período recente da história boliviana é uma clara demonstração desse processo. Após longos períodos com governantes aliados aos interesses dos Estados Unidos, fato que levou a perda da autonomia e a miséria de grande parte da sua população, tem-se um novo período sendo construído. A vitória de Evo e a consolidação de um governo intensamente empenhado em assumir o controle do país, com um forte processo de nacionalização da economia, fortalecimento do Estado e construção de políticas sociais justas, despertou reações do grande império do Norte.

Ferido nos seus interesses, especialmente no controle de produtos estratégicos como o lítio, e na manutenção dos princípios da Doutrina Monroe, os EUA, mais uma vez, não mediram esforços para retomar o controle e o poder. Utilizando das mesmas estratégias, como a mentira, a chantagem e a violência, utilizando novas ferramentas como a internet e as redes sociais, associados com os interesses mesquinhos da caquética classe dominante local, vêm fazendo de tudo para retomar o controle.

A história da Bolívia, da resistência e força do seu povo ainda está em construção, os próximos capítulos dessa história ainda são uma incógnita, mas algo é certo, nenhum império, resiste a força de homens e mulheres conscientes do seu poder e da sua capacidade de construir um país menos desigual, mais justo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI – da luta armada como política (o caso EZLN). / José Rubens Mascarenhas de Almeida. – Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017.

ARCHONDO, Rafael. Breve biografia política de Evo Morales. *Rev. Umbr. Cs. Soc.* [online]. 2009, n.19, pp. 97-118. ISSN 1994-4543.

BBC. A cronologia da crise que levou à renúncia de Evo Morales na Bolívia. BBCNEWS, 2019b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50367271>.

BOLÍVIA, Presidente (2006-2019:Evo Morales), Discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 9 Sep.2006. Disponível em [http://www.mamacoca.org/docs\\_de\\_base/Cifras\\_cuadro\\_mamacoca/palabras\\_del\\_presidente\\_de\\_la\\_republica\\_%20Evo\\_Morale\\_%20Ayma\\_discurso\\_Naciones\\_Unidas\\_septiembre\\_2006.html](http://www.mamacoca.org/docs_de_base/Cifras_cuadro_mamacoca/palabras_del_presidente_de_la_republica_%20Evo_Morale_%20Ayma_discurso_Naciones_Unidas_septiembre_2006.html)

BOFF, Ricardo Bruno; FRANCO, Samia. Ascensão e queda do governo Evo Morales na Bolívia (2006-2019) sob o prisma da “sociedade abigarrada”. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 10, n. 20, p. 519-548, 2021.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e; BOJIKIAN, Neusa Maria Pereira. De Trump a Biden. Fundação Editora da UNESP (FEU), São Paulo.

DA SILVA, Maria Beatriz Oliveira; ANVERSA, Ana Elisi Carbone; DE DAVID, Thomaz Delgado. A Instrumentalização das Fake news nas Guerras Híbridas: uma análise a partir do Golpe na Bolívia (2019). *The Instrumentalization of Fake news in Hybrid Wars: an analysis based on the Coup in Bolivia (2019)*. *Mural Internacional*, v. 12, p. 60375, 2021.

DELGADO, Ana Carolina; CLAYTON FILHO, M. Cunha. Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales. *World Tensions/Tensões Mundiais*, v. 6, n. 10, 2010.

G1. Entenda por que as eleições da Bolívia colocaram o empresário Elon Musk nos trending topics. G1, 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/19/entenda-por-que-as-eleicoes-da-bolivia-colocaram-o-empresario-elon-musk-nos-trending-topics.ghtml>

RAMINA, Larissa; DE SOUZA, Lucas Silva. Lawfare: aspectos conceituais e desdobramentos da Guerra jurídica no Brasil e na América Latina: Coleção Mulheres no Direito Internacional| Femenagem a Silvina Romano. GRD Livre Acesso, 2022.

ROCHA, CÂMARA E SEGABINAZZI; Bolívia: de 1952 ao século XXI / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007. P. 156 (Coleção América do Sul).

SORAGUEM, Jeb; SEQUERA, Diego. Cúpula golpista en Bolivia fue entrenada por EEUU en la Escuela de las Américas y en cursos del FBI. *The grayzone*, [S.L.], 15 novembro 2019. Disponível em: <https://thegrayzone.com/2019/11/15/golpe-bolivia-eeuu-escuela-de-las-americas-fbi/>

TRUMP, D. Remarks to the United Nations General Assembly in New York City. In: WOOLLEY, J.; PETERS, G. *The American Presidency Project*. [S.l.], 25 set. 2018b. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-the-united-nations-general-assembly-new-york-city-14>

## NOTAS

<sup>i</sup> Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios Ponte-Andrade y Blanco (1783-1830), comumente conhecido como Simón Bolívar, foi um militar venezuelano que teve papel fundamental no processo de independência da América do Sul, sendo notória sua capacidade como estrategista militar. Devido a seus feitos, recebeu o título de “Libertador”.

<sup>ii</sup> A Bolívia detém mais de 20% das reservas mundiais de lítio, produto essencial em vários ramos da indústria e tecnologia, fundamental na produção de baterias de carros elétricos, celulares, medicamentos, bombas de hidrogênio, entre outros. É importante destacar que, no governo Morales, com o processo de nacionalização, medida que limitou a participação estrangeira na exploração desse recurso, fato tido como um dos centrais para o forte emprenho do governo Trump, na destituição de Evo Morales, como veremos ao longo do artigo.

<sup>iii</sup> *Erythroxylum coca* (do *quíchua kuka*) é uma planta da família Erythroxylaceae nativa da Bolívia e do Peru. O princípio ativo analgésico contido na coca foi descoberto pelos Incas. Suas folhas são tidas como sagradas, especialmente nas áreas de relevo mais elevado dos Andes, pelo seu potencial nutritivo e analgésico. Após ter sido usada em função dos seus princípios ativos como droga (cocaína), seu cultivo expandiu de forma significativa, sobretudo pela valorização no mercado de drogas ilícitas.

<sup>iv</sup> Aimará ou Aymara. Povo estabelecido desde o período pré-colombiano no território que hoje formam o sul do Peru, a Bolívia, a Argentina e o Chile. Também conhecidos como Quollas ou Kollas. Na Bolívia existem cerca de 1.200.000 falantes do idioma aimará, concentrados principalmente nos departamentos de Oruro e Chuquisaca.

<sup>v</sup> Para mais informações sobre Evo Morales e sua atuação política, ver: ARCHONDO, Rafael. Breve biografia política de Evo Morales. *Rev. Umbr. Cs. Soc.* [online]. 2009, n.19, pp. 97-118. ISSN 1994-4543 e BOFF, Ricardo Bruno; FRANCO, Samia. Ascensão e queda do governo Evo Morales na Bolívia (2006-2019) sob o prisma da “sociedade abigarrada”. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 10, n. 20, p. 519-548, 2021.

<sup>vi</sup> Região localizada no departamento de Cochabamba, Bolívia. Uma das principais áreas de cultivo de coca no país, palco de conflitos entre o governo boliviano e os produtores de coca que lutam pela legalização da planta e seus derivados. A zona do Chapare também é considerada um importante centro de produção de drogas ilícitas na região andina.

<sup>vii</sup> O PND é o programa do governo Morales, tem como objetivo buscar o desenvolvimento econômico e social da Bolívia, com a superação da ordem político-econômica assentada numa economia de matriz primário-exportadora e da exclusão política e social da maior parte da população boliviana. Sua base é estruturada em quatro pilares: Digna, Soberana, Produtiva e Democrática; para Viver Bem.

<sup>viii</sup> Em 1 de maio de 2006, Evo Morales promulgou o Decreto 28.701, tendo como foco a nacionalização dos hidrocarbonetos. Embora os EUA não fossem o principal país, na exploração desses recursos, que tinha a empresa brasileira Petrobrás, como principal concessionária, essa medida e outras tomadas pelo governo Morales, criou impedimentos para a participação estrangeira na exploração dos recursos naturais do país, o que acabou aumentando as preocupações dos EUA com os rumos do governo de Evo Morales. Mas informações ver artigo. ANDRADE, E. O. Capital e Trabalho na economia política boliviana contemporânea. *Cadernos de Ciências Sociais* (Porto de Ideias), v. 3, p. 91-133, 2012.

<sup>ix</sup> *Commodities* são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria.

<sup>x</sup> Juancito Pinto é um programa do governo de Evo Morales que melhora o acesso à educação por meio da entrega de vales-escolas às crianças. O programa foi criado 26 de outubro de 2006, estabelecendo uma bolsa anual

de US\$ 28,50 para cada criança de baixa renda, cursando de 1ª a 6ª série em escolas públicas. O programa leva o nome de um jovem baterista do Exército boliviano morto na Guerra do Pacífico, considerado um herói.

<sup>xi</sup> Programa de transferência monetária para idosos que integra o regime não contributivo da Segurança Social, voltada para atender pessoas com 60 anos de idade ou mais, em situação de vulnerabilidade social.

<sup>xii</sup> Programa voltado para atender gestantes e crianças menores de 2 anos, em situação de pobreza. Além do aporte financeiro, o programa propõe ainda, assistência médica e social aos seus integrantes.

<sup>xiii</sup> O regimento político do país só permitia a reeleição por um mandato. Com a constituição, Morales consegue uma brecha para uma terceira candidatura.

<sup>xiv</sup> Rubén Armando Costas Aguilera, político boliviano, prefeito e depois governador do Departamento de Santa Cruz na Bolívia, de 2006 a 2021. Um dos principais líderes do Movimento Social-Democrata (MDS).

<sup>xv</sup> A DEA, ou *Administração de Fiscalização de Drogas*, é um órgão federal de segurança do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, encarregado da repressão e controle de narcóticos. Seu mandato inclui a repressão doméstica ao narcotráfico e crimes relacionados às drogas em geral, além de ser o órgão dos EUA, encarregado de investigações do narcotráfico no exterior.

<sup>xvi</sup> O resultado final do referendo apontou 51,3% dos votos contrários à proposta e 48,7% favoráveis.

<sup>xvii</sup> Williams Kaliman, Comandante do exército. Vladimir Yuri Calderón, comandante geral da polícia. Ambos tiveram sua formação e carreira militar ligadas aos EUA, com quem mantinham fortes laços. Foram agregados militar, alunos de diversos cursos patrocinados pelos EUA, atuando diretamente em associação com órgãos de defesa dos EUA.

<sup>xviii</sup> Jeanine Áñez Chávez, advogada e política boliviana. Em 2019, após a renúncia de Evo Morales e a ausência do presidente e do primeiro vice-presidente da Câmara Alta, como segunda vice-presidente do Senado, convocou sessões extraordinárias no Parlamento e se autoproclamou-se presidente interina da Bolívia.

<sup>xix</sup> O Centro de Pesquisa Econômica e Política (CEPR), foi criado em 1999 para promover o debate democrático sobre as questões econômicas e sociais mais importantes que afetam a vida das pessoas.